

EXTRATO DA ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO, REALIZADA NO DIA 18 DE NOVEMBRO DE 2025.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, às 14 horas, foi realizada a 84ª reunião ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, presencial e por meio de webconferência via *Microsoft Teams*, presentes o Procurador-Geral de Justiça Dr. Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, a Corregedora-Geral do Ministério Público, Dra. Liliana Mercadante Mortari, bem como os Conselheiros eleitos, nomeados na ordem decrescente de antiguidade, Doutores Fernando José Martins, Jaqueline Mara Lorenzetti Martinelli, Ana Lucia Menezes Vieira, Valter Foletto Santin, Delton Esteves Pastore, Fausto Junqueira de Paula, Nathalie Kiste Malveiro, Cláudia Maria Beré e Arthur Pinto de Lemos Junior. Os trabalhos se desenvolveram conforme registrado a seguir. **1- ABERTURA, CONFERÊNCIA DE QUORUM E INSTALAÇÃO DA**

REUNIÃO: 1.1. Presentes Conselheiros em número suficiente à realização da sessão, instalou-se a reunião, sob a presidência do Conselheiro Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, que saudou a todos os presentes. **2 - LEITURA, VOTAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DA REUNIÃO**

ANTERIOR: Aprovada a ata da 83ª Reunião Ordinária do CSMP, ocorrida em 11 de novembro de 2025, dispensando-se sua leitura, posto que enviada a respectiva minuta, antecipadamente, a todos os Conselheiros. **3 - LEITURA DO EXPEDIENTE E COMUNICAÇÕES DO**

PRESIDENTE: 3.1. O Presidente registrou, inicialmente, manifestação de pesar pelo falecimento do Promotor de Justiça aposentado Doutor Bento Emanuel Ramos de Melo, ocorrido em 13/11/2025, determinando expedição de ofício de condolências à família. Em seguida, relatou incidente técnico ocorrido no dia da sessão, decorrente de falha global no serviço de infraestrutura digital fornecido pela empresa de segurança cibernética Cloudflare, que afetou diversos sistemas, inclusive o SAJ e plataformas de alcance internacional. Esclareceu que inexistiu responsabilidade da empresa

Softplan e comunicou adoção de medidas administrativas para apuração e prevenção de novas ocorrências. Noticiou visita institucional realizada à Assembleia Legislativa, acompanhado da Diretoria-Geral e de representantes associativos, ocasião em que foram entregues ao Presidente da Alesp projetos aprovados pelo Órgão Especial, com previsão de tramitação no início do próximo ano legislativo. Registrou ainda participação no Congresso Nacional da CONAMP, no Seminário da Associação de Teses de Grupos de Estudos e em reunião convocada pelo Ministro Alexandre de Moraes com Procuradores-Gerais de Justiça de todo o país, com a presença do Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, a qual durou cerca de quatro horas e meia. Fez exposição detalhada acerca das preocupações tratadas na referida reunião, especialmente no tocante ao enfrentamento nacional ao crime organizado. Destacou que o Supremo Tribunal Federal demonstrou firme posicionamento para fortalecimento das respostas institucionais diante de episódios de domínio territorial criminoso, citando particularmente a realidade do Estado do Rio de Janeiro. Ressaltou que houve referência positiva às operações realizadas pelo MPSP e apontou o compromisso assumido pelo Presidente da Câmara dos Deputados no avanço legislativo de matérias voltadas à segurança pública. O Presidente também relatou discussões travadas com o relator de projeto de lei complementar que trata do perdimento de bens, informando o encaminhamento de sugestões do Colégio Nacional de Procuradores-Gerais e o acolhimento integral das propostas. Registrou manifestações favoráveis da Associação dos Procuradores da República e destacou entrevistas concedidas por si à imprensa nacional, reiterando posicionamento institucional técnico e distante de disputas ideológicas. Prosseguiu abordando lacunas legais referentes à criminalidade organizada, mencionando situações práticas tais como uso de drones com artefatos explosivos, controle de serviços essenciais por facções e imposição de regras paralelas em comunidades. Ressaltou a necessidade de reforma legal estruturada, reforçando a disposição do MPSP em colaborar tecnicamente com o Judiciário, com órgãos de segurança e com o Parlamento. Informou o envio ao Órgão Especial de projeto de lei que institui sistema de cobrança de contraprestação financeira por atos extrajudiciais praticados pelo

MPSP — como acordos de não persecução penal e civil, leniências, delações e laudos técnicos — estruturado conforme simetria com o Poder Judiciário, com previsão de isenções responsáveis e parâmetros vinculados à UFESP. Determinou disponibilização do projeto aos Conselheiros para apresentação de sugestões. **4 - COMUNICAÇÕES DOS CONSELHEIROS:**

4.1. A Conselheira Dra. Claudia Beré, em sua comunicação, apresentou três temas: solicitação de espaço no memorial institucional para registro da atuação de membros do MPSP em organismos internacionais, a fim de que essa experiência jamais seja esquecida; preocupação com a tutela criminal de vítimas idosas e pessoas com deficiência, após redistribuição de atribuições decorrentes da extinção da antiga vara especializada, o SANCTVS; e a necessidade de reestruturação do modelo de atuação no GAORP, setor sensível que demanda visitas constantes, coordenação complexa e dedicação exclusiva, sugerindo revisão da atual forma de designação. **4.2.** O Presidente esclareceu que a Chefe de Gabinete providenciaria encaminhamento da primeira demanda; quanto às varas de crimes sexuais contra crianças e adolescentes, o MPSP apenas reproduziu a lógica de distribuição de cargos do TJSP, destacando que a tragédia social do volume de casos exigiu reforço de quadro e articulações com a Corregedoria e Presidência do Tribunal; a insuficiência de membros (mais de 260 cargos vagos) impede cobertura integral das áreas sensíveis; aguarda conclusão do concurso e já prepara abertura de novo certame; o GAORP é reconhecido como crítico, mas ainda carece de disponibilidade de promotores. **4.3.** A Conselheira Dra. Nathalie Malveiro registrou congratulações pelo Congresso Nacional da CONAMP, salientando baixa participação paulista. Relatou ter participado durante o congresso de reuniões com conselheiras do CNMP para tratar da resolução nacional sobre equidade de gênero, mencionando composição histórica com cinco conselheiras mulheres. Esteve ainda em audiência com o Ministro Gilmar Mendes, relator da ADPF relacionada com a mesma matéria, tendo solicitado manutenção da discussão até aprovação da futura resolução nacional por parte do CNMP. **4.4.** O Presidente informou ter recebido idênticas manifestações no CNMP e registrou expectativa de aprovação definitiva da resolução até início de dezembro. **4.5.** O Conselheiro Dr.

Fausto Junqueira de Paula destacou excelência do congresso da CONAMP, com participação de aproximadamente 2.700 membros de todos os Estado do Brasil e destacou o apoio da APMP, que sorteou inscrições para o evento, promoveu eventos paralelos para conagraçamento dos colegas. Indicou como destaque as falas dos Ministros Edson Fachin e Alexandre de Moraes, ambas firmes no enfrentamento ao crime organizado, com grande entusiasmo dos membros presentes. E apontou a necessidade de mobilização do MPSP para participação ampliada no congresso nacional em 2027, com meios para que os membros de São Paulo possam estar presente ao evento nacional. **4.6.** O Conselheiro Dr. Delton Pastore agradeceu felicitações pelo aniversário. Reforçou a importância de especialização na tutela criminal da pessoa idosa, rememorando experiências positivas anteriores e sugerindo retomada de estruturas especializadas. Registrou, por fim, cumprimentos aos Desembargadores eleitos para direção do TJSP. **4.7.** O Presidente acolheu a sugestão de voto de louvor aos eleitos e comunicou tratativas para futura reunião conjunta entre diretores do TJSP e o MPSP. **4.8.** O Conselheiro Valter Santin abordou preocupação generalizada com sustentações orais assíncronas no TJSP e a necessidade de esclarecimentos formais aos procuradores de justiça. Fez críticas à situação estrutural do prédio da Rua 13 de Maio, solicitando soluções céleres. Ainda reportou a persistência de dificuldades no SAJ e e-SAJ. Por fim, registrou o falecimento de advogado e ex-juiz Hélio Martinez, seu ex-sócio. **4.9.** O Presidente informou ter realizado reunião com mais de 120 membros sobre o problema do prédio da rua 13 de Maio, detalhando plano emergencial de reparo dos elevadores e estudo para futura mudança. Esclareceu que tratativas com o TJSP vêm evoluindo e que o Subprocurador-Geral Criminal conduz as negociações técnicas sobre sustentações assíncronas. **4.10.** A Conselheira Dra. Ana Lúcia registrou apoio às manifestações anteriores, elogiou medidas adotadas pelo Presidente e destacou relevância do diálogo institucional. **4.11.** A Conselheira Doutora Jaqueline Martinelli comunicou episódio ocorrido em escola infantil envolvendo invasão de policial armado para contestar atividade de educação antirracista, fato que explicitou a intolerância religiosa. Assim,

destacou a importância da atuação do MPSP na área de enfrentamento ao racismo religioso e convidou a todos para se envolverem nessa missão. Fez elogios ao trabalho dos servidores, Milene Cristina Santos e Carlos César Souza Júnior, responsáveis por ações do grupo temático. Por último; divulgou a cartilha recém-lançada sobre racismo religioso. **4.12.** O Presidente registrou, em tom de elogio, que a fala da Conselheira Jaqueline é uma verdadeira convocação institucional à participação nas redes temáticas. **4.13.** A Conselheira Nathalie comunicou instauração de notícias de fato no GEDUC e no GAESP sobre esse assunto reportado pela Conselheira Jaqueline. **4.14.** O Secretário Doutor Arthur Lemos Júnior abordou a possibilidade de o registro histórico das missões internacionais ser feito numa edição especial da Revista Jurídica da Escola do MPSP. Cada membro do MPSP faria um texto para relatar sua experiência, com total liberdade de registrar sugestões etc. Fez, em seguida, elogios ao projeto de ampliação das receitas do Fundo Especial de Despesas do MPSP. Ainda, sugeriu a criação de implementação de *mecanismo eletrônico* para que promotores de justiça de primeira instância possam sinalizar ou alertar aos procuradores os casos relevantes, a fim de que estes possam destacar o processo, retirar da sessão assíncrona e fazer sustação oral. Por fim, o Conselheiro Secretário forneceu informações detalhadas sobre a atuação do NAVV no Fórum Criminal da Barra Funda, que atende inclusive as vítimas da extinta vara judicial do SANCTVS. Destacou o bom trabalho realizado pela promotora de justiça, Rita Sakai, que juntamente com os demais colegas e em contato com a Coordenadora do NAVV, Silvia Chakian, encaminham as vítimas para atendimentos especializados naquele Setor. Esse acolhimento será aprimorado, porque o NAVV está sendo reformado para ampliar o atendimento. **4.15.** A Corregedora Geral do Ministério Público Dra. Lílana Mortari destacou sua participação no Conselho Nacional de Corregedores, durante o congresso da CONAMP. Destacou como relevantes as falas do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e do Ministro Fachin, no tocante ao enfrentamento da criminalidade organizada. Por último, registrou a importância histórica da eleição da Desembargadora Sílvia Rocha, como primeira mulher a ocupar a Corregedoria-Geral da Justiça do TJSP. **5 - LEITURA, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ORDEM DO DIA:** **5.1. SESSÃO**

ADMINISTRATIVA: 5.1.1. Promotor(a) de Justiça no Conselho Superior - Apresentação do Dr. Khalil Nogueira Nicolau, Promotor de Justiça de Cafelândia – Tema: "Reestruturação do serviço de acolhimento em Cafelândia: MP na garantia do direito à convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes vulneráveis"; **5.1.2.** Remoção Compulsória (Interessada: Corregedoria-Geral - Relator Conselheiro Doutor Fernando José Martins - SEI nº 29.0001.0041398.2025-69), **(aprovado por unanimidade); 5.1.3.** Proposta de alteração do RICSM (SEI nº 29.0001.0121535.2025-52 – voto vista da Conselheira Doutora Nathalie Malveiro), a Conselheira procedeu à leitura resumida de seu voto, consignando análise preliminar sobre a proposta de modificação da Lei Orgânica do MPSP. Relatou ter examinado o artigo 29 do Regimento Interno do CSMP, destacando a distinção entre o momento destinado às comunicações dos conselheiros e o momento destinado à discussão e votação das matérias integrantes da ordem do dia. Afirmou que, na sessão anterior, a deliberação sobre o tema foi realizada durante as comunicações, sem inclusão prévia na ordem do dia. Registrou que a votação comprometeu o princípio da colegialidade e ocorreu sem tempo mínimo para exame pelos membros. Concluiu pela nulidade da votação realizada na 78ª Sessão Ordinária e propôs distribuição da matéria a relator, com consulta ampla à classe. **5.1.3.1.** O Presidente recordou que a questão havia sido apresentada durante as comunicações e que a votação se limitou a definir encaminhamento inicial (distribuir ou enviar à PGJ). Ressaltou que conselheiros frequentemente antecipam votos preliminares e não vislumbrou nulidade, pois a matéria poderia ser reexaminada, como ocorria naquele momento. **5.1.3.2.** A Conselheira Nathalie reiterou que não houve conhecimento prévio suficiente na sessão anterior. Defendeu que temas relevantes ao funcionamento do CSMP devem ser previamente pautados para permitir exame adequado. Afirmou que a presente sessão supria essa lacuna. **5.1.3.4.** O Presidente reafirmou que todos haviam compreendido a proposta anteriormente e que cada conselheiro decide quando se considera apto a votar. Acrescentou que a iniciativa legislativa é de outro órgão, o qual deve colher previamente informações do CSMP. **5.1.3.5.** A Conselheira Nathalie destacou novamente a ausência de habilitação adequada para voto anterior e reforçou a importância da pauta

formal. **5.1.3.6.** O Presidente propôs votação entre duas alternativas: distribuição a relator ou envio à PGJ. **Aprovado por maioria de votos o encaminhamento ao PGJ.** Votaram pelo encaminhamento à PGJ: os conselheiros Arthur, Delton, Fausto, Fernando, Ana Lúcia e a Corregedora-Geral, Dra. Liliana; votaram pela distribuição para relator e posterior análise: Nathalie, Claudia, Valter e Jaqueline. **SESSÃO PÚBLICA DE JULGAMENTO DE INQUÉRITOS CIVIS, PEÇAS DE INFORMAÇÃO E EXPEDIENTES CONEXOS** Dando continuidade aos trabalhos, procedeu-se ao julgamento dos inquéritos civis, peças de informação e expedientes conexos pautados, sendo julgados **43** (quarenta e três) deles pelo Pleno e **285** (duzentos e oitenta e cinco) pelas Turmas (**137** pela 1ª Turma e **148** pela 2ª Turma), alcançando-se em tais julgamentos, um total de **328** (trezentos e vinte e oito) casos, cujos resultados estão especificados no aviso respectivo, que, publicado e arquivado em pasta própria, faz parte integrante desta. Cumprida a pauta, restou definido que a próxima reunião ordinária ocorrerá no dia 25 de novembro de 2025, às 14:00 horas. Nada mais havendo a relatar, eu, Arthur Pinto de Lemos Junior, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata. Aprovada, segue assinada por mim e pelos demais membros do Conselho Superior do Ministério Público que dela participaram. Observações: 1-) A ata está sendo publicada por extrato, de conformidade com o que preceituam a Lei Orgânica Nacional (artigo 15, § 1º), a Lei Orgânica Estadual (artigo 35, § 3º) e o Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (artigo 14, inciso XII, item “1”; artigo 15, incisos II e XII, item “1”; e artigo 43, § 1º). 2-) A íntegra da ata será disponibilizada no site do Ministério Público, na área de acesso reservado aos seus membros.